

**FACULDADE PERNAMBUCANA DE SAÚDE – FPS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA DA SAÚDE**

RELATÓRIO TÉCNICO

Produto do Mestrado Profissional em Psicologia da Saúde

Assunto: Demonstrativo dos resultados da pesquisa: **“Do Olhar Oficial ao Olhar do Oficial: A Violência Doméstica e a Prática do Oficial de Justiça nas Medidas Protetivas”**

CARMÉSIA VIRGÍNIA MESQUITA E SILVA

ISABELLE DINIZ CERQUEIRA LEITE

RECIFE, 2020

Ficha Catalográfica
Preparada pela Faculdade Pernambucana de Saúde

M582r Mesquita e Silva, Carmésia Virgínia

Relatório Técnico: demonstrativo dos resultados da pesquisa: do olhar oficial ao olhar do oficial: a violência doméstica e a prática do oficial de justiça nas medidas protetivas. / Carmésia Virgínia Mesquita e Silva, Isabelle Diniz Cerqueira Leite. – Recife: Do Autor, 2020.

12 f.

Material didático e instrucional, 2020.
ISBN: 978-65-87018-43-0

1. Saúde do trabalhador. 2. Violência doméstica. 3. Medidas protetivas. 4. Oficiais de justiça. I. Leite, Isabelle Diniz Cerqueira. II. Título.

CDU 614-057:343.6-055.2

SUMARIO

1. Introdução.....	1
2. Objetivos.....	2
3. Resultados.....	3
4. Proposições e Sugestões.....	4
4.1 Projeto.....	4
4.2 Oficinas de capacitação.....	5
4.3Estratégia metodológica.....	5
4.4 Articulação de conceitos.....	5
4.5Curso se destina.....	5
4.6 Atividades metodológicas.....	6
4.7Curso promovido pelo TJPE.....	6
5. Conclusões.....	6
REFERÊNCIAS.....	8

1. Introdução

Nunca se falou tanto em violência como nos tempos atuais, e nunca houve tanto empenho em torná-la visível e utilizar meios de enfrentamento para combatê-la de forma mais veemente. Não é fato novo a preocupação da sociedade brasileira com as diversas formas de violência que afligem a população. Mesmo tendo ela sempre existido, tudo levava a crer que, com a ascensão do feminismo, os fatos progrediriam a tal modo que uma maior igualdade entre homens e mulheres levaria, de maneira inevitável, a menos violência. Mas, não é o que acontece.

Embora não seja recente, a questão atual centra-se nas expressivas proporções que o fenômeno vem assumindo, até porque a violência contra a mulher não desapareceu, tornou-se mais sutil. Em toda parte, é condenada, contudo, essa condenação moral em termos de princípios atinge apenas sua parte mais visível. Ano após ano, observa-se que o país vem quebrando o recorde de suas próprias marcas, em uma espiral de violência manifesta sem precedentes.

Isto fica evidente não só nas impactantes estatísticas periodicamente divulgadas sobre as várias formas que a violência assume na vida cotidiana, mas também nas pesquisas realizadas por diversas instituições, na crescente inclusão deste tema nos meios de comunicação, nas análises políticas, nas plataformas dos diversos operadores políticos, na quantidade de trabalhos acadêmicos abordando o tema sob diversos ângulos, e na ampliação de propostas públicas e privadas para enfrentar, limitar, diminuir ou erradicar a problemática.

De maneira geral, é difícil pensar sobre violência contra a mulher, sem que nos impliquemos em tudo o que diz respeito a acontecimento tão complexo. O fenômeno é de tal complexidade que alguns até chegam a falar de terrorismo de gênero, principalmente porque a desigualdade de gênero é a grande injustiça de nossa época e o maior desafio de direitos humanos que enfrentamos.

Nesse campo temático, buscamos desenvolver uma pesquisa sobre o trabalhador que exerce sua função lidando diuturnamente com questões relativas à violência, ou seja, o Oficial de Justiça, representante dos juízes nas ruas e nas casas do cidadão, no cumprimento das Medidas Protetivas de Urgência em situação de Violência Doméstica Contra a Mulher. Nessas situações é dever do Oficial de Justiça observar, em cada caso,

a legislação pertinente, devendo, no entanto, ter sempre em mente a prioridade a ser dada a tais feitos. Diante da complexidade da demanda, o trabalho do Oficial de Justiça mobiliza cotidianamente as emoções daquele que o realiza, o que pode contribuir de certa forma para o desgaste mental do servidor, afetando sua saúde física e psicológica.

O aporte teórico desenvolvido sobre o tema deste Relatório Técnico aborda a saúde do trabalhador enquanto assunto central do estudo, analisando que a temática constitui uma importante área de estudos e comporta abordagens interdisciplinares diversas, além de abrangermos ampla narrativa acerca da Violência Doméstica contra a Mulher, suas formas e enfrentamento. Um dado a ser ressaltado é que a orientação adotada nesta pesquisa implica a análise do trabalhador através da problematização do desenvolvimento de estratégias que visem atenuar as questões emocionais, comportamentais e estruturais observadas ao longo desse estudo, possibilitando resultados em função de si mesmo e da Instituição.

Isso posto, o objetivo da pesquisa da qual deriva este relatório foi investigar as inquietações dos Oficiais de Justiça e os vários sentimentos surgidos no cumprimento das medidas protetivas nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, decorrentes de determinações jurisdicionais.

2. Objetivos

Constituem os objetivos desse Relatório Técnico:

2.1 Chamar a atenção para inquietações e sentimentos diversos, expressados pelos Oficiais de Justiça, no cumprimento de suas atribuições.

2.2 Demonstrar a carência de capacitação e treinamento desses servidores quanto à complexidade do tema da violência contra a mulher, suas diversas formas e o Ciclo da Violência.

2.5 Apontar a necessidade de uma política de educação continuada quanto à capacitação pleiteada pelos entrevistados, permitindo que esses profissionais possam conhecer profundamente a temática da violência doméstica contra a mulher e seus desdobramentos, enfrentando com maior clareza as adversidades de seu cotidiano.

3. Resultados

A pesquisa da qual se derivou este Relatório Técnico foi de caráter investigativo, realizada a partir de aplicação de entrevista semiestruturada, seguindo roteiro

previamente elaborado e aplicada a Oficiais de Justiça da Central de Mandados do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A coleta de dados ocorreu no período de agosto a novembro de 2019 e os dados obtidos foram analisados a partir do modelo qualitativo, baseado na Análise de conteúdo de Bardin (2016). O local de coleta aconteceu no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, em sala adequada considerando o sigilo necessário para trabalhos deste porte. A entrevistadora sempre foi ao encontro dos participantes, considerando a disponibilidade de cada um e a não descontinuidade do trabalho que realizam. O estudo teve parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade Pernambucana de Saúde, com aprovação CAAE nº 11576619.7.0000.5569.

Como resultado das etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação proposta por Bardin (2016), os dados qualitativos foram catalogados em um banco de dados que levou a identificação e efetivação dos três Temas investigados: *I) Inquietações sobre a Violência Doméstica Contra a Mulher; II) A Lei Maria da Penha como anunciadora de Proteção; III) Desafios na vida do Oficial de Justiça*

Os resultados são àqueles decorrentes das inquietações, sentimentos, e manifestação das emoções dos participantes, com representação na subjetividade de cada um. Os achados corroboram a vivência de estados emocionais que de certa forma interferem na vida pessoal e familiar, bem como na saúde e qualidade de vida dos Oficiais de Justiça. A falta de comunicação, de segurança e de feedback pela gestão foi um aspecto bastante explanado. O caráter solitário do trabalho apareceu como uma sensação de desamparo institucional, trazendo a desesperança de um olhar imediato sobre todos os problemas que vivenciam na prática profissional. A exaustividade dos plantões foi trazida como interferindo na qualidade de vida pessoal e familiar, pela imprevisibilidade, cabendo ao Oficial de Justiça definir prioridades para resolver qualquer problema que aconteça.

Chamou atenção que a atividade realizada por esses servidores leva não apenas a inquietações e sentimentos distintos, mas também a conflitos éticos: eles compreendem perfeitamente a importância e a necessidade do seu trabalho para o bom andamento do Poder Judiciário, porém, apesar de se empenharem para realizar o trabalho com a celeridade que a justiça requer, nem sempre conseguem. Em geral, há uma

preocupação com a culpabilização do Oficial de Justiça quando a Medida Protetiva deixa de ocorrer no prazo devido.

A carência de capacitação e treinamento emergiu unanimemente como um clamor ante a complexidade da demanda das Medidas Protetivas que envolvem violência doméstica contra a mulher, e todos trazem a necessidade de ampliar o conhecimento sobre a temática e assuntos correlatos.

4. Proposições e Sugestões

Os profissionais deste século estão conectados com novas idéias, novas necessidades e comportamentos, fazendo com que a sua relação com o conhecimento adquira um novo formato. Ou seja, uma nova relação com o estudo e pesquisa mais próximo do seu dia a dia, mais interativo e que propicie uma maior celeridade na execução do seu trabalho. Foi notória a existência de impasses no trabalho executado por esses servidores, sendo fundamental receberem a adequada capacitação pleiteada e se sintam devidamente motivados, para bem cumprir as ordens judiciais com a celeridade que a medida requer. Ademais, reitera-se a necessidade de uma política de educação continuada, permitindo que esses profissionais possam conhecer profundamente a temática da violência doméstica contra a mulher, suas formas e seus desdobramentos, no sentido de enfrentarem com maior clareza as adversidades do seu cotidiano funcional que pode ser atendida com as sugestões a seguir:

4.1. **Projeto** para “Curso de Aperfeiçoamento e Oficinas de Capacitação com Enfoque na Violência Doméstica Contra a Mulher e outros assuntos correlatos à Temática, específico para os Oficiais de Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco - Uma Visão Multidisciplinar”. *Proposta de um espaço de discussão, interação e diálogo, implicando na construção de conhecimentos, com reflexões sobre aspectos diversos da prática dos Oficiais de Justiça do Poder Judiciário Pernambuco.* Tem como finalidade proporcionar uma dinâmica participativa e reflexiva entre os participantes, favorecendo o desenvolvimento da consciência, o respeito ao outro, e a construção de novos processos de ensino-aprendizagem.

5.2. As oficinas de capacitação, com duração de oito horas, distribuídas em mais de um encontro, irão possibilitar um aperfeiçoamento profissional e pessoal, objetivando a

qualificação que venha a difundir, fortalecer e valorizar o processo produtivo, criando oportunidade de interação, entendimento e desenvolvimento dos profissionais através do recebimento de orientações para a criação de uma rotina funcional mais saudável. Além de renovação dos valores da Instituição quanto à melhor prestação de serviço ao jurisdicionado.

- 5.3. Como estratégia metodológica, pode ser utilizada recursos diversos, tais como aulas com profissionais da própria Instituição com expertise na temática da violência contra a mulher, psicólogos e assistentes sociais das equipes multidisciplinares das Varas da Mulher, rodas de conversa, dinâmicas de grupo, além de recursos diversos a critério do ministrante. As oficinas consistem em uma oportunidade dinâmica e terapêutica educacional de vivenciar situações concretas e significativas do dia-a-dia, com a finalidade de dirimir as inquietações em torno da temática.
- 5.4. Nelas, poderão ser feitas articulações de conceitos sobre Violência Doméstica Contra a Mulher e suas formas; Procedimentos no âmbito da Violência Doméstica Contra a Mulher e boas práticas no cumprimento das Medidas Protetivas; Rotinas e atribuições do Oficial de Justiça; Gênero; A dominação histórica do masculino e da subordinação feminina, e a naturalização da violência nas relações domésticas e familiares.
- 5.5. Em ordem de prioridade este curso se destina aos Oficiais de Justiça da Central de Mandados do Tribunal de Justiça de Pernambuco - CEMANDO, que atuam nos Mandados de Medidas Protetivas em Situação de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. O número de participantes estipulado compreende os servidores lotados naquele setor e aqueles Oficiais de Justiça de outros Fóruns, tendo em vista serem competências essenciais a esses profissionais e fundamentais para o alcance das metas pessoais e institucionais.
- 5.6 A sugestão das atividades metodológicas objetiva a formação coletiva, com apropriação e construção de saberes, momentos de troca de conhecimentos e interações diversas. Pretende-se com tais sugestões priorizar o aperfeiçoamento da

prática profissional, desenvolvendo potencialidades expressivas, estimular a sensibilidade, ampliar a comunicabilidade e contribuir para a autoestima.

5.7. Propõe-se que o curso seja promovido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco em parceria com a Escola Judicial de Pernambuco ESMAPE - (TJPE) e Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica. Contando ainda com a participação das equipes multidisciplinares das Varas de Violência Doméstica Contra a Mulher. O período de realização segue a critério da Instituição. Contudo, sugere-se que, em razão das demandas emocionais investigadas, sejam realizadas com brevidade.

Conclusões

A sugestão do curso de Aperfeiçoamento e Capacitação para esse grupo específico de servidores traz a reflexão de que este trabalhador é o rosto do Tribunal de Justiça diante da população, que tende a atribuir aos mesmos seus sentimentos em relação à justiça, o estado e mesmo à decisão do juiz no processo que está designado para laborar. Diversas pesquisas realizadas por estudiosos no assunto apontam que são trabalhadores muitas vezes tratados de forma agressiva pelos jurisdicionados. Importante destacar que o trabalho ocupa um papel fundamental na constituição da identidade de cada indivíduo, assim como na autoestima. Logo, ao ser reconhecido através de um curso direcionado as suas necessidades no exercício do seu trabalho, o indivíduo pode sentir-se valorizado como pessoa e fortalecido em sua identidade como servidor, entre outros ganhos para si e para a Instituição.

Considerando que cuidar do trabalhador é uma necessidade para a qualidade em saúde, o cuidar do outro representa a essência da cidadania, com reflexos nas atitudes, nos comportamentos em seu próprio benefício. O curso tem então a finalidade de promover a saúde, preservar, assegurar e manter a qualidade de vida no ambiente familiar e institucional.

Considerando que os sentimentos e inquietações dos Oficiais de Justiça encontrados nesta pesquisa são, em sua grande maioria, passíveis de serem restaurados, a proposta deste Relatório Técnico visa a redução dos aspectos que impactam na saúde desses profissionais. Importante que a Instituição esteja disponível para acolher os resultados aqui descritos, e abertos às propostas e sugestões. E inicie, na medida do

possível e com brevidade, o Curso de Aperfeiçoamento e Oficinas de Capacitação com enfoque na Violência Doméstica Contra a Mulher e assuntos correlatos à temática, direcionado para os Oficiais de Justiça do Poder Judiciário - Uma Visão Multidisciplinar.

Parte-se do pressuposto de que o trabalho deve ser um espaço de realização, de reconhecimento e, sempre que possível, de felicidade. A busca de soluções, além de trazer satisfação para o servidor, certamente permitirá uma ação muito mais efetiva da atividade exercida pelos mesmos e pelo Poder Judiciário. Este é um desafio que vale a pena ser enfrentado, pois é a partir de construções diárias, que grandes passos se agregam para o fortalecimento das funções exercidas pelos agentes públicos essenciais ao serviço da justiça.

Recife, Junho/2020

Carmésia Virgínia Mesquita e Silva

Psicóloga Clínica, Jurídica, Mediadora e Terapeuta Familiar e de Casal, Sexóloga.

Mestre em Psicologia da Saúde pela Faculdade Pernambucana de Saúde.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Isabelle Diniz Cerqueira Leite

Docente permanente do Programa Mestrado Profissional em Psicologia da Saúde da

Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS)

REFERÊNCIAS

Bardin L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70; 2016.

Gomez CM, Vasconcellos LCF, Machado JMH. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. Ciênc. Saúde Coletiva [Internet]. 2018 Jun. [Acesso em: 2019 Fev 05];23(6):1963-1970. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04922018>

Guimarães MC, Pedroza RLS. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. Psicologia & Sociedade, 2015;27(2):20.

Hirigoyen MF. A violência no casal: da coação psicológica à agressão física. Amsrie-France Hirigoyen. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2006.

Neves EP. Reflexões acerca dos conceitos autocuidado e competência: poder para o autocuidado. Revista Esc. Enfermagem USP, São Paulo;dez. 1987.

Piosiadlo LCM, Fonseca RMGS, Gessner R. Subalternidade de gênero: refletindo sobre a vulnerabilidade para violência doméstica contra a mulher. Esc. Anna Nery [Internet]. 2014 Dez. [Acesso em 2018 Abr 17];18(4):728-733. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-

Rodrigues PFV, Bellini MIB. A Organização do Trabalho e as Repercussões na Saúde do Trabalhador e de sua Família. Textos & Contextos, Porto Alegre, 2010;9(2):345-357.

Sato L. Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. Cadernos de Saúde Pública [Internet] 2002 [Acesso em: 2020 Mar 01];18(5):1147-1157. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000500002>

Sato L, Lacaz FAC, Bernardo MH. Psicologia e saúde do trabalhador: práticas e investigações na Saúde Pública de São Paulo. Estudos de Psicologia [Internet], Natal 2006 [Acesso em: 2020 Mar 01];11(3):281-288. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2006000300005>

Merlo ARC, Mendes AMB. Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2009;12(2):141-156.

Rodrigues PFV, Bellini MIB. A Organização do Trabalho e as Repercussões na Saúde do Trabalhador e de sua Família. Textos & Contextos, Porto Alegre, 2010;9(2):345-357.